

## RETROFIT INSTITUCIONAL, EDIFICAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DE CHAPECÓ

Henrique Schwantz Marcon<sup>1</sup>

Nilson Berticelli<sup>2</sup>

Vanessa Guerini Scopel<sup>3</sup>

### RESUMO

Através das tendências da arquitetura e urbanismo e do design, surge uma nova forma de readequação de edifícios antigos e históricos. Estando muito além de ser somente uma simples reforma, o conceito de Retrofit está diretamente ligado a preservação da memória e da história que o bem arquitetônico possui, bem como reformando-o e readequando. Dessa forma, preservando as edificações e o bem arquitetônico e cultural da cidade de Chapecó. O objetivo da pesquisa consiste em produzir um projeto para a readequação do edifício da Secretaria de Segurança Pública, com o intuito para o uso da Polícia Civil. Após, o objetivo ficará voltado a elaborar um projeto piloto para a Polícia Civil, bem como produzir um espaço harmônico, e que promova a qualidade de vida. A pesquisa será desenvolvida através de método indutivo, onde serão utilizados métodos de pesquisa, que envolvam diversas fontes, como livros, artigos e estudos de caso. Onde será elaborado em quatro capítulos, o primeiro retrata a temática, o segundo a compreensão do tema e do histórico, o terceiro, os estudos de caso, e por fim, utilizar todos os resultados para compor a proposta de anteprojeto.

**Palavras-chave:** Retrofit. Polícia Civil. Chapecó.

### 1 INTRODUÇÃO

Através das tendências da arquitetura e urbanismo e do design, surge uma nova forma de readequação de edifícios antigos e históricos. Esses edifícios muitas vezes encontram-se impossibilitados de serem utilizados. Esse conceito mostra-se de maneira a revitalizar edifícios e outras construções, levando novas tecnologias e designs mais atuais, sem perder a essência e a história do que está construído.

Estando muito além de ser somente uma simples reforma, o conceito está diretamente ligado a preservação da memória e da história que o bem arquitetônico possui, bem como reformando-o e readequando.

Este conceito em edificações constitui um conjunto de ações realizadas para o beneficiamento e a recuperação de um bem, objetivando a melhoria do seu desempenho, com qualidade ou a um custo operacional viável da utilização da benfeitoria no espaço urbano. (NICOLETTI, 2009)

---

<sup>1</sup> Graduando de Arquitetura e Urbanismo UCEFF, henriquesmarcon@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador UCEFF, Mestre em Urbanismo, nilsonberticelli@gmail.com

<sup>3</sup> Docente da UCEFF, vanessa.scopel@uceff.edu.br.

Tendo em vista que a partir da urbanização, industrialização e do comércio, Chapecó está em constante desenvolvimento. Com o título de Capital do Oeste de Santa Catarina, o município deve ter a sua história mantida, tal como através dos bens arquitetônicos inseridos na cidade, pergunta-se: **como preservar as edificações, bem como adequar seu uso valorizando o bem arquitetônico e cultural para a cidade de Chapecó?**

A presente pesquisa tem como objetivo produzir um projeto de readequação do edifício da Secretaria de Segurança Pública, que foi destinado para o uso da Polícia Civil, a qual abrigará a Divisão de Investigação Criminal (DIC), de forma rápida e imediata, possibilitando o uso da edificação e modernizando-a.

Em segundo momento, o objetivo passará para produzir um projeto piloto para a Polícia Civil, visando ser um espaço inovador, ampliando o local, sem perder a essência e a história da edificação dos anos 50.

Utilizando o conceito de Retrofit, torna-se possível que a edificação seja modernizada e adequada ao uso da DIC, acolhendo a corporação de maneira correta, promovendo qualidade de vida aos servidores. A ponto estético e histórico, o Retrofit abre a possibilidade de firmar um marco histórico da arquitetura dos anos 50 de Chapecó, bem como um marco para a Polícia Civil de Chapecó.

A partir da valorização histórica do bem arquitetônico, o Retrofit visa promover um espaço moderno para o uso da DIC, possibilitando a Polícia Civil desenvolver seu trabalho com uma melhor logística e agilidade, integrando a corporação e conseqüentemente melhorando a qualidade de vida da população Chapecoense.

Essa pesquisa será desenvolvida através de método indutivo, e serão utilizados métodos de pesquisa, que envolvam diversas fontes, como livros, artigos, estudos de caso, e outras monografias relacionadas ao assunto.

O presente trabalho de pesquisa será elaborado em quatro capítulos, onde, primeiramente será necessário conhecer a respeito da temática e da conceituação da mesma. Após, em segundo momento, será fundamental compreender o histórico local e do tema da pesquisa, bem como as definições acerca da Polícia Civil. Terceiramente, serão elaborados estudos de casos. Por fim, o quarto momento é analisar todos os resultados obtidos na pesquisa, e utiliza-los da melhor forma na proposta de anteprojeto.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

## 2.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Patrimônio é uma palavra de origem latina “patrimonium”, que se declarava, entre os povos antigos romanos a tudo que era de pertence do pai, chamado de “pater”, ou pai de família, “pater famílias” em latim, (CARLAN e FURNARI, 2010).

Segundo o mesmo autor:

O conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos de vista e interesses aristocrático. (CARLAN e FURNARI, 2010).

Bem como para (PORFÍRIO, 2007):

O termo patrimônio histórico cultural diz respeito a tudo aquilo que é produzido, material ou imaterialmente, pela cultura de determinada sociedade que, devido à sua importância cultural e científica em geral, deve ser preservado por representar uma riqueza cultural para a comunidade e para a humanidade. (PORFÍRIO, 2007).

De acordo com (SOUZA, 1982) *apud* (CHIAROTTI, 2005) o conceito de patrimônio edificado é definido como um bem cultural que é produzido por um determinado povo, nação ou civilização. Ele mostra, até que tanto os bens móveis quanto os imóveis que o homem fabrica podem receber o nome de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Assim, pode-se dizer que o patrimônio histórico edificado são os bens imóveis produzidos pelo homem. Eles representam de melhor maneira seu passado

Segundo (CASTELO BRANCO, 2005) o conceito de Patrimônio a princípio era relacionado a “Bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos”. Enraizada na área jurídica familiar, esta palavra antiga é repleta de simbolismo. Já Patrimônio Histórico possui um conceito mais complexo que envolve diversos meandros de cultura de uma sociedade, por se referir aos bens incomensuráveis, que é a memória coletiva construída socialmente e a identidade de um povo.

Para a autora Choay (2001).

[...] em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade, o patrimônio histórico tornou-se uma das palavras chaves da mídia, a qual remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2001).

Para Dias (2007) *apud* (APOLÔNIO, OMAR, *et al.*, 2010) o patrimônio construído é um “capital concentrado” que possui um potencial de reabilitação, reciclagem e reutilização que não pode ser deixado de lado.

## 2.2 RETROFIT

Segundo (BARRIENTOS, 2004) *retrofit* é a conjunção dos termos “*retro*”, oriundo do latim, que significa movimentar-se para trás, e de “*fit*,” do inglês, que significa adaptação, ajuste. A princípio, o termo começou a ser utilizado na indústria aeronáutica, quando se referia à atualização de aeronaves, adaptando-as aos novos e modernos equipamentos disponíveis no mercado. Com o passar do tempo, o termo e o conceito de *retrofit* começou a ser empregado em outras indústrias, inclusive na construção civil.

Segundo (VALE, 2006) o termo retrofit na construção civil, significa atualizar uma edificação.

O termo Retrofit de caráter técnico é utilizado no setor da construção civil, de forma a significar uma atualização tecnológica. Com o objetivo de valorizar edifícios antigos prolongando sua vida útil, seu conforto e funcionalidade através da incorporação de avanços tecnológicos e da utilização de materiais de última geração, os conceitos do Retrofit vêm sendo amplamente difundidos no mercado nacional. (VALE, 2006).

Segundo a NBR 15575 (ABNT, 2013), o *Retrofit* é a remodelação ou atualização dos sistemas do edifício pela atualização tecnológica sob o interesse na valorização do imóvel, mudança de uso, aumento de vida útil ou da eficiência operacional e energética.

Para (QUALHARINI, 2004) *Retrofit* apresenta-se como o processo de interferir em uma benfeitoria, que foi executada em padrões inadequados as necessidades atuais. Portanto, o processo de *Retrofit* constitui-se num conjunto de ações realizadas para o beneficiamento e a recuperação de um bem, objetivando a melhoria do seu desempenho, com qualidade ou a um custo operacional viável da utilização da benfeitoria no espaço urbano.

Diferentemente da reforma convencional, que disfarça características originais de um imóvel, o retrofit resguarda aspectos importantes, históricos ou de estética, e moderniza sistemas hidráulico e elétrico, requalificando a construção como um todo. (DE SOUZA, 2019)

O retrofit, é a busca pela eficiência do edifício e a adaptação às necessidades dos usuários, dentro das limitações físicas de sua estrutura.

## 2.3 RETROFIT X RESTAURO

Segundo o conceito, retrofit é um processo de modernização de um bem que se encontra em estado ultrapassado, com o objetivo de torna-lo algo moderno e funcional. Já o restauro,

possui um formato mais técnico e criterioso, pois visa a restituição original do bem, de forma a não alterar qualquer característica presente do bem.

Restauração é uma intervenção feita sobre um bem histórico, visando manter sua identidade, seus aspectos característicos de época e sua autenticidade, para que futuras gerações tenham acesso ao estilo cultural histórico com o máximo possível de sua identidade original. (CARVALHO, 2014)

Para (SZWARCBART, 2016), o restauro de um edifício recupera e preserva a estrutura e unidade do edifício, através de intervenções técnicas, de acordo com critérios científicos de conservação, devolvendo ao mesmo as características originais. Já no Retrofit, a proposta é “colocar o antigo em forma”, através de intervenções em estruturas antigas, estendendo a vida útil destas, readequando às exigências atuais, e reinserindo-as na área urbana existente. Através da revitalização, e mais do que uma simples reforma, ele envolve uma série de ações de modernização cujo objetivo é preservar “o que há de bom na construção existente, sempre com o compromisso com as características originais do edifício.

## 2.4 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO DE CHAPECÓ

Em 1931, a Colonizadora Bertaso organiza um primeiro planejamento da cidade, baseando-se em modelos europeus e tendo como principal característica as ruas em traçado xadrez com avenidas largas e partindo perpendicularmente de uma praça central (praça que tem hoje o nome de Praça Coronel Bertaso), para dar à cidade uma ideia de progresso (GRETZLER, 2011)

Conforme Hass (2010) apud (GRETZLER, 2011);

Em 1931, ano em que a vila Passo dos Índios (Chapecó) se transformou em sede do município, foi implantado o Plano Diretor produzido pela Empresa Colonizadora Bertaso, com uma ordenação cartesiana (traçado urbano xadrez, avenidas largas, quadras bem definidas), transmitindo ao migrante ou visitante a visão de uma cidade planejada, organizada, a caminho do desenvolvimento. Entretanto, o projeto colonizador não chamou a atenção apenas dos colonos [...], mas também dos “intrusos”, “expropriados”, como eram chamados os índios e os caboclos (estes praticavam a agricultura de subsistência) que se encontravam na região quando da chegada das empresas colonizadoras. (HASS, 2010) apud (GRETZLER, 2011).

Segundo Villela (2013):

[...] o importante elo entre a Igreja e o Estado, principalmente na leitura dos espaços de conformação dos núcleos brasileiros, onde se tem a presença do espaço público (praça) cercado pelas edificações representativas da Igreja, do Estado e das famílias

mais abastadas. Esse processo mais espontâneo, apesar de altamente induzido e controlado, por diversos fatores de ordem territorial, político administrativas, entre outros, tornou-se quase que a marca dos núcleos iniciais das cidades brasileiras, tanto que podem ser observados até hoje. O núcleo inicial de Chapecó não foi diferente desta conformação (VILLELA, 2013).

A partir das características de origem da população, vindas do Rio Grande do Sul, somadas a vastas matas de araucária locais, fizeram com que a região se desenvolvesse a partir da madeira, sendo a principal característica da arquitetura do começo da colonização. Com o passar do tempo, a cidade foi se desenvolvendo, e também as construções, que passaram a ser feitas em alvenaria em torno da década de 1950. A cidade teve seu primeiro ápice de crescimento na década de 1970 do século passado, quando foi instalado o primeiro frigorífico. A partir de então, outras indústrias vieram, e com elas um aumento populacional e do capital da cidade. Dessa forma, houve também um desenvolvimento das edificações e das técnicas construtivas, surgindo os primeiros edifícios em altura.

Na década de 1980, houve uma estagnação econômica, que refletiu na cidade e na sua arquitetura. Essa “crise” foi revertida na década seguinte, com a instalação de outras indústrias e aumento do comércio local. Isso refletiu na arquitetura que se desenvolveu bastante no período, característica que se mantém até hoje. A edificação da Polícia Civil de Chapecó, objeto de intervenção do projeto, foi construída por volta da década de 50, sendo o primeiro posto de saúde da cidade. Há vários anos completamente abandonada, a edificação possui imenso patrimônio arquitetônico para cidade.

O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo, (CARTA DE VENEZA, 1964).

De acordo com o trecho da Carta de Veneza, a edificação da Polícia Civil de Chapecó trata-se de um monumento histórico para a cidade, pois com o passar dos anos adquiriu um grande significado cultural para Chapecó, sendo também de grande significado.

## 2.5 SURGIMENTO DA POLÍCIA CIVIL EM SANTA CATARINA

A Polícia Civil de Santa Catarina (PC-SC) foi criada em 25 de julho de 1812, onde o marco de criação foi a nomeação do desembargador Francisco Lourenço de Almeida para o

cargo de “intendente geral de Polícia” da capitania de Santa Catarina. Durante o reinado de D. João VI, foi estabelecida a “Intendência Geral de Polícia do Brasil”, que tinha sede no Rio de Janeiro, e jurisdição que deveria se estender a todo o reino unido. (BASTOS, 2017)

Após a Constituição Republicana foi sancionada a Lei nº 105, de 19 de agosto de 1891 que tratou pela primeira vez da organização e estruturação da Polícia Civil no Estado de Santa Catarina. O Governador Nereu Ramos (Interventor), durante o Estado Novo, passou a defender a criação de uma “Polícia Civil de carreira”, determinando a realização de concursos públicos para investidura nos cargos. Também foi pioneiro na interiorização dos serviços policiais civis, a partir da construção de vários prédios para abrigar Delegacias Regionais de Polícia com serviços de trânsito, estrangeiros, identificação, armas, munições, jogos, diversões e cadeias públicas, (POLÍCIA CIVIL - SC, 2015).

Nos termos da Lei nº 4.547, de 31 de dezembro de 1970, o órgão central de comando passa a denominar-se “Superintendência da Polícia Civil”. Por meio da Lei nº 8.240, de 21 de abril de 1991 foi criada a Delegacia-Geral da Polícia Civil, órgão central de direção da Instituição, reorganizando, ainda, a estrutura e dispondo sobre novos órgãos operacionais e substituindo a antiga Superintendência da Polícia Civil, (POLÍCIA CIVIL - SC, 2015).

## 2.6 ATIVIDADE DA POLÍCIA CIVIL

A atividade da polícia civil é a de polícia judiciária, conforme determina o Código de Processo Penal (CPP), Art. 4º: “A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e de sua autoria” (CPP, 1941).

A polícia judiciária tem a seu cargo rastrear e descobrir os crimes que não puderam ser prevenidos, colher e transmitir às autoridades competentes os indícios e provas, indagar quais sejam seus autores e cúmplices, concorrer eficazmente, para que sejam levados aos tribunais. (PIMENTA BUENO apud (VIEIRA, 2011).

À polícia judiciária compete à apuração das infrações penais, o que ocorre por meio do que se denomina “investigação preliminar” ou “investigação criminal”, formalizada por meio do inquérito policial. Cabe exclusivamente à polícia judiciária a apuração de fatos delituosos e a coleta preliminar dos elementos de prova que sustentarão a viabilidade ou não do processo penal que é o meio ao qual tem o Estado para punir. (VIEIRA, 2011)

De acordo com Kant de Lima (1989), a Polícia Civil tem um maior nível de arbitrariedade, já que possui o poder sobre a posse da verdade, pois pode incriminar ou não

um indivíduo. Então, nesse sentido, ela pode ser considerada os “olhos da justiça”, pois cabe a ela a apuração das infrações penais civis, determinando o que vai ser repassado às demais instâncias da justiça (LOCHE, FERREIRA, *et al.*, 1999).

## 2.7 ASPECTOS TÉCNICOS DO RETROFIT

Segundo Induta (2017) *apud* (SANTOS, 2019), a viabilidade do *Retrofit* depende de cada caso. É necessário primeiramente definir qual seria o uso da edificação após o processo de *Retrofit*, que pode ser: residencial, comercial ou industrial ou patrimônio tombado, pois, em cada caso existem certas restrições que levarão a uma análise para definir sua viabilidade. Também, por se tratarem de edificações antigas, para o *Retrofit* é necessária a determinação do estado atual da edificação, com a determinação de patologias que têm entre suas principais causas, segundo Qualharini (2015) *apud* (SANTOS, 2019):

- Defeitos quanto ao projeto;
- Incompatibilidades dos materiais;
- Deficiência no controle de execução;
- Condições de uso que não foram previstas;
- Modificação do destino dos locais;
- Falta inadequada de manutenção da construção.

Será necessário que:

- O processo decisório respeite a legislação em vigor;
- Haja uma avaliação segura do grau de deterioração e da extensão da intervenção Necessária;
- Possa haver uma decisão técnica, de qual o processo será o adotado na reabilitação.

O autor (VALE, 2006) conceituou e apresentou alguns termos relacionados ao *Retrofit* para maior familiaridade ao público e à sua utilização inequívoca:

- Diagnóstico: Descrição do problema patológico incluindo sintomas, causas, mecanismo e caracterização da gravidade do problema;
- Conservação: De caráter sistêmico, corresponde a um conjunto de ações destinadas ao prolongamento do desempenho da edificação, auxiliando, assim, o processo de controle da construção;

- Manutenção: Conjunto de ações com o objetivo de reduzir a velocidade de deterioração dos materiais e de partes das edificações.

Segundo (BARRIENTOS, QUALHARINI e IZABEL, 2004) é importante observar o estado superficial do edifício, tanto de seus materiais quanto de seus equipamentos. Verificar algumas dimensões importantes e, possivelmente, elaborar um croqui com as principais informações.

## 2.8 ESTUDOS DE CASO

Para compreender as relações desta tipologia de projeto, foram escolhidos dois estudos de caso para análise, o primeiro foi o Edifício Marajó, onde foi dada ênfase para o Retrofit. O edifício Marajó representa a grandiosidade de uma era já passado do centro de São Paulo. Construído no final dos anos 40, ele representa a verticalização do bairro em crescimento, e a qualidade de seus espaços internos atestam a generosidade da época para os lugares de vida. (ARCHDAILY, 2019)

O Residencial Marajó, está localizado no bairro Santa Cecília, na cidade de São Paulo – SP, e conta com 2.500,00 m<sup>2</sup> de área construído. O retrofit foi desenvolvido no ano de 2019, sendo o projeto elaborado pelo escritório de arquitetura ReadyMake, sendo a arquiteta Camille Bianchi a responsável pelo mesmo. (ARCHDAILY, 2016). Mais do que um retrofit, o projeto se apoia em um restauro das qualidades iniciais do edifício que, à medida do tempo, desapareceram devido ao acúmulo das diferentes renovações. (ARCHDAILY, 2016) A preservação dos materiais possui caráter essencial no retrofit, sendo neste edifício, ficaram ainda mais evidentes, as aberturas em metal de cor preta, o piso parquet de madeira, alguns elementos em concreto aparente, bem com a vibração da cor vermelha na fachada.

O segundo estudo realizado foi a respeito do Complexo de Segurança Pública de Quilombo, onde foi dado ênfase aos usos da Polícia, e a setorização da edificação. O Complexo de Segurança Pública de Quilombo é o primeiro totalmente integrado do estado de Santa Catarina, com todos os efetivos da segurança pública trabalhando em conjunto, são eles: Polícia Militar, Pelotão do Corpo de Bombeiros, Instituto Geral de Perícia (IGP), Detran e a Polícia Civil. O Complexo busca a constante melhora da Segurança através da aproximação dos efetivos. O Complexo de Segurança Pública está localizado no município de Quilombo, no estado de Santa Catarina, e conta com 1.800,00 m<sup>2</sup> de área construída. O edifício foi inaugurado

no ano de 2016, e foi construído com recurso do governo estado, sendo o projeto de responsabilidade da Engenheira Renata Flores.

Mais do que apenas um edifício imponente, o complexo abriga todos os setores da segurança pública da cidade, atendendo a população de Quilombo com maior facilidade. A imponência do edifício reflete no trabalho dos efetivos da segurança pública, se mostrando forte, discreto, cauteloso, trazendo seriedade e confiança que o setor público deve nos passar. Situado em um terreno com acentuado desnível, o projeto arquitetônico tomou forma a partir da topografia existente, criando 3 pavimentos e 1 mezanino, de forma a transparecer a imagem de um gigantesco edifício, com presença marcante na paisagem, refletido através do concreto, vidro e formato geométrico.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada com o método indutivo, pois de acordo com Marconi e Lakatos *apud* Figueiredo, Schneider, *et al.*,(2008, p.13) o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que a das premissas nas quais se basearam.

O nível de pesquisa é exploratório, onde Gil *apud* Figueiredo, Schneider, *et al.*,(2008) afirma que este nível de pesquisa proporciona maior familiaridade com o problema, tornando mais flexível seu planejamento.

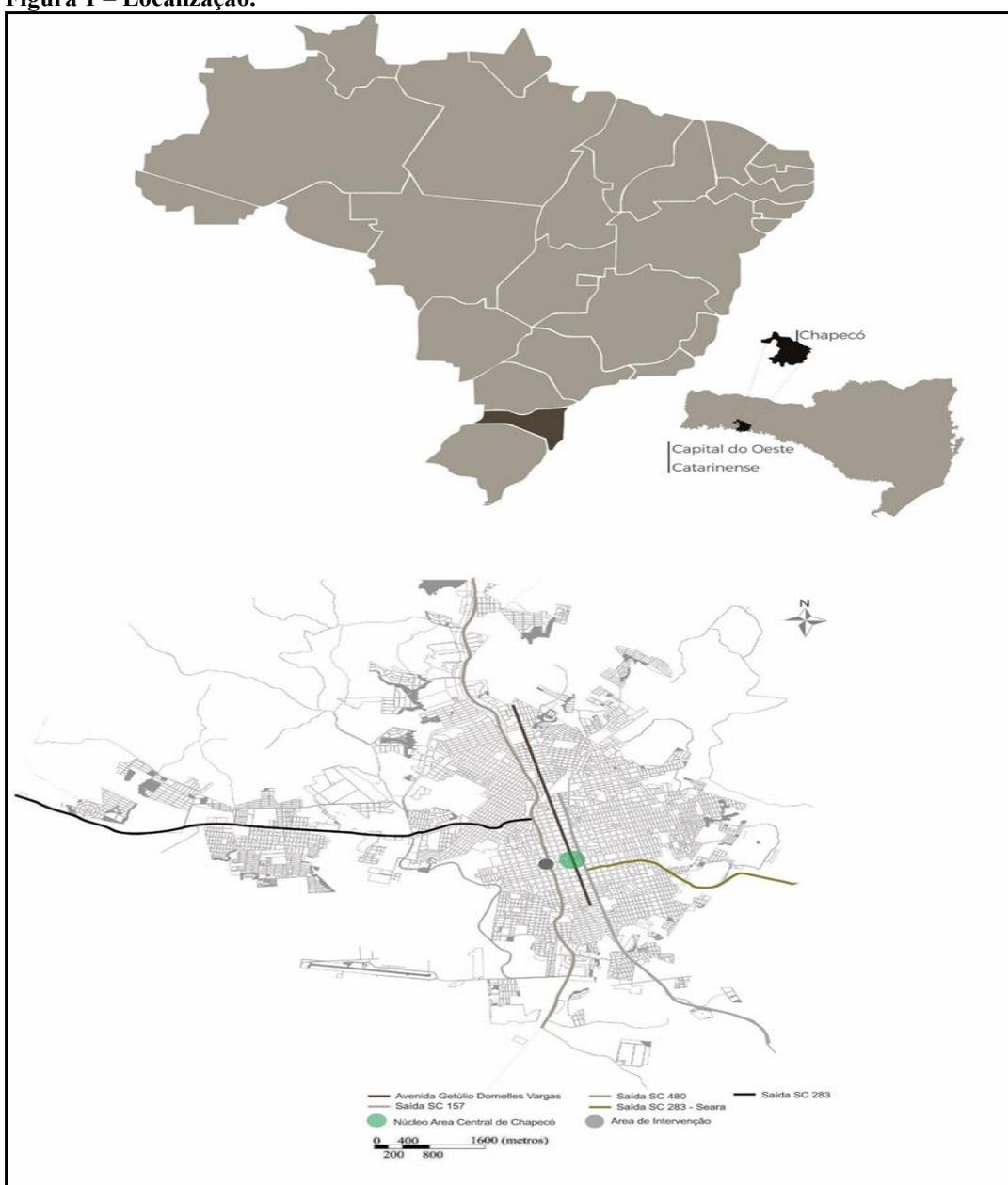
A pesquisa está estruturada em quatro capítulos, desta forma, primeiramente, é necessário a conceituação do tema, que vai do conhecimento geral acerca do mesmo. Segundamente, compreender o histórico local e do tema da pesquisa, bem como as definições acerca da Polícia Civil, e estudo de caso através da abordagem Pause e Clark (1986) Terceiramente, realizados estudos das condicionantes que serão relevantes a proposta, além de análises profundas de estudos de caso. Por fim, o quarto momento, analisar todos os resultados que foram obtidos na pesquisa, e emprega-los da melhor forma possível na proposta de anteprojeto.

### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

O terreno escolhido para a elaboração da proposta de ante projeto arquitetônico está localizado no Oeste Catarinense, mais precisamente, na Capital do Oeste Catarinense, Chapecó -SC. O motivo para a escolha do terreno, surgiu a partir da necessidade da Polícia Civil de

Chapecó utilizar as edificações das quais tem propriedade, que, neste caso, encontra-se em estado deteriorado. O terreno encontra-se no bairro Jardim Itália, as margens da Avenida General Osório, principal acesso para a Cidade de Chapecó referente a visitantes do Rio Grande do Sul. O mesmo possui proximidade com a área central da cidade, sendo a rua Marechal Floriano Peixoto uma das principais ligações até a praça central, juntamente com a Igreja Matriz. Localizado na quadra 34, lote 93, com 1.000,00m<sup>2</sup>, possui confrontações Sul com a Rua Marechal Floriano Peixoto, a Leste com a Avenida General Osório.

**Figura 1 – Localização.**



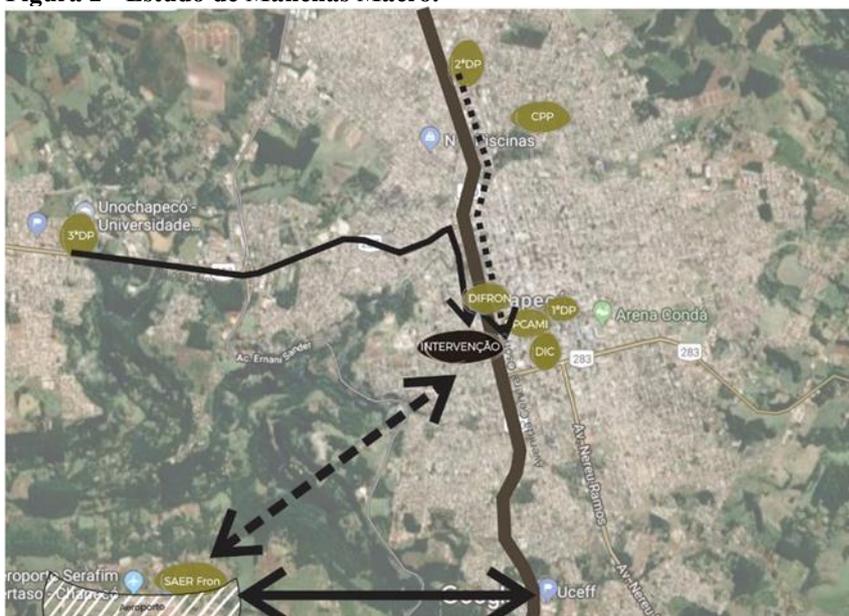
Fonte: Adaptado Prefeitura de Chapecó.

A proposta de Retrofit da edificação localizada na Avenida General Osório, esquina com a Rua Marechal Floriano Peixoto busca atender a necessidade de redução de custos com aluguel da Polícia Civil, otimizando e utilizando edifícios próprios. Dessa forma, foram analisados parâmetros para a tomada de informações, junto a conversa com o Delegado Regional da Policia Civil de Chapecó, Ricardo Casagrande.

Os profissionais atuantes na DIC, possuem faixa etária entre 20-50 anos de idade, sendo estes, 11 funcionários, 5 mulheres e 6 homens. A DIC não possui atendimento direto ao público, atendendo apenas pessoas de interesse nas investigações.

A DIC de Chapecó atua de forma regional, atendendo 12 municípios da região Oeste de Santa Catarina. Atualmente, tem apoio de 9 viaturas da Policia Civil, bem como uma delas realiza o transporte dos animais que auxiliam na investigação. A Divisão de Investigação Criminal de Chapecó conta com 02 escrivães, 08 agentes e 01 Delegado, que trabalham para resolver todos os casos em que se faz necessário investigar.

**Figura 2 - Estudo de Manchas Macro.**



Fonte: Adaptado Google Maps.

A partir da localização dos pontos da Polícia Civil em Chapecó, tornou-se possível visualizar o local de inserção da nova DIC, que ficará inserida em um eixo central da cidade, de fácil acesso e locomoção de todas as unidades da Polícia Civil. O ponto de localização da nova DIC, está localizada em área nobre da cidade, com a melhor infraestrutura disponível.

**Figura 3 - Maquete Eletrônica.**



Fonte: Autor, 2020.

Remetendo a um ambiente que represente a agilidade e a evolução da Polícia Civil, o conceito proposto ao projeto de Retrofit busca representar o lado mais humano da corporação, através de uma concepção contemporânea, aproximando a população, de forma a enfatizar o respeito transmitido pela polícia.

A ideia se desenvolve a partir da criação de elementos que evidenciem a leveza e o equilíbrio da edificação, garantindo que a população se sinta bem ao ser atendida pela Polícia Civil, contrastando a seriedade e a tradição de promover a segurança com respeito.

**Figura 4 - Maquete Eletrônica.**



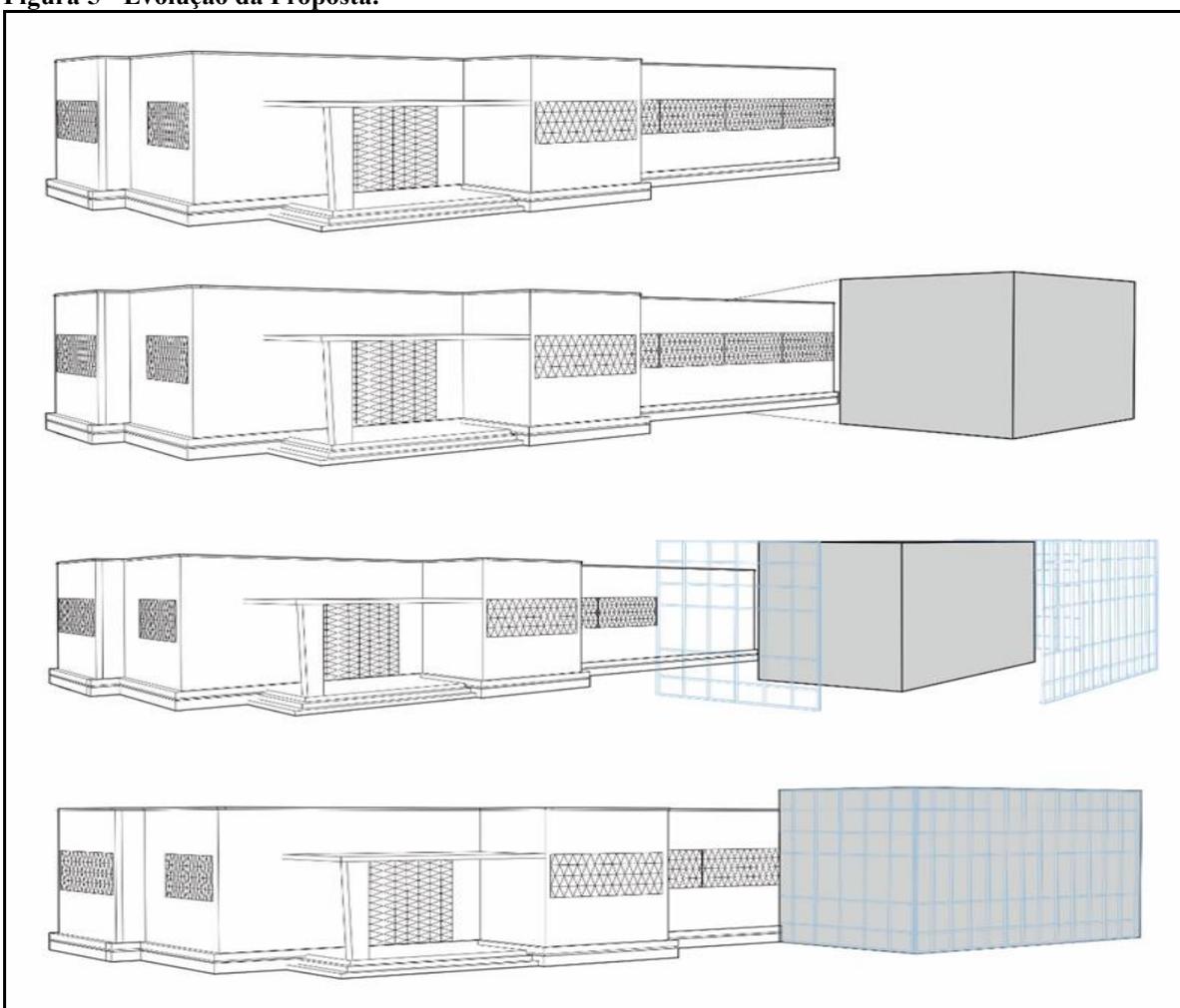
Fonte: Autor, 2020.

A partir das curvas de nível existentes no terreno, a conservação do patrimônio arquitetônico de Chapecó e a reafirmação da tradição da Polícia Civil, juntamente com seu

compromisso com a sociedade, optou-se em projetar uma edificação mais humana, imparcial, transparente, que remeta a evolução da prestação de serviço da Polícia Civil, sem deixar de lado a sua essência. Ainda, a preservação das molduras e janelas presentes no edifício representam a história e o estilo arquitetônico da década de 50.

Portanto, o partido arquitetônico do projeto concebeu-se a partir das condicionantes naturais do terreno, a arquitetura histórica do local, e a tradição da Polícia Civil, caracterizando como elementos principais no projeto de Retrofit representando a humanização da Polícia em seu atendimento, a agilidade e a confiança do serviço prestado à população.

**Figura 5 - Evolução da Proposta.**



Fonte: Autor, 2020.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como finalidade levantar dados para a contextualizar o projeto de Retrofit de uma edificação institucional, da Polícia Civil, na cidade de Chapecó/SC.

Apresentou-se sobre os aspectos conceituais do retrofit, bem como os aspectos históricos de Chapecó e da Polícia Civil, e aspectos técnicos do retrofit.

Inicialmente, pesquisou-se sobre os aspectos conceituais do retrofit, buscando esclarecer sobre a origem e o conceito do retrofit, o que possibilitou a percepção das diferenças do retrofit quando comparado ao projeto de restauro.

Assim, através da necessidade de estabelecer a DIC em uma edificação própria e ampla, buscou-se analisar informações técnicas necessárias para a elaboração de um espaço adequado a estes serviços. Dessa forma, a partir da pesquisa realizada da bibliografia condizente ao tema, tornou-se possível entender conceitos relacionados ao retrofit e idealizar uma edificação funcional, aliando qualidade de vidas aos usuários.

Na sequência, definiu-se a metodologia adotada para a pesquisa, a fim de nortear de forma construtiva a proposta apresentada.

Na fase final da pesquisa, foram realizadas análises de estudos de caso, com o intuito de entender como é idealizado um projeto de retrofit, e como funciona o ambiente da Polícia Civil. Dessa forma, o estudo de caso tornou-se um estudo de essencial importância na elaboração das percepções e criações de informações sobre estes espaços, bem como a relação com seus usuários. Ainda, nesta fase, foi realizado o levantamento das diretrizes urbanísticas, através de pesquisas sobre o histórico da área, e visitas no local, de forma a orientar a correta disposição do programa de necessidade proposto pela Polícia Civil.

Finaliza-se este estudo através do presente capítulo, onde foi possível constatar a importância da preservação da história e do patrimônio arquitetônico do nosso município, o que traz grande satisfação em idealizar um projeto que abrigará uma unidade Polícia Civil, trazendo à tona a essência da Polícia Civil para uma edificação histórica de Chapecó.

## REFERÊNCIAS

- ABNT. **NBT 15575**: Desempenho de Edifícios Habitacionais. Rio de Janeiro: [s.n.], 2013.
- ANASTASIOU, L. D. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade**. Joinville, SC: Editora Univille, 2009.
- APOLÔNIO, R. M. et al. PROPOSTA DE RETROFIT PARA UM EDIFÍCIO HISTÓRICO SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE. **Plurius** 10, 10 Novembro 2010. Disponível em: <<http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper385.pdf>>. Acesso em: 24 Setembro 2019.
- AZEVEDO, J. M. L. D. **A educação como política pública, 2º ed.** São Paulo: Autores Associados, 2001.
- BARRIENTOS, M. I. G. G. **Retrofit de edificações: estudo de reabilitação e adaptação das edificações antigas ás necessidades atuais**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 189. 2004.
- BARRIENTOS, M.; QUALHARINI, E.; IZABEL, G. G. **Retrofit de construções: metodologia de avaliação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004.
- BARROS FILHO, M. L. Do resgate das atividades jurisdicionais dos delegados de polícia. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, Julho 2009. ISSN ISSN 1518-4862. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13251>>. Acesso em: 18 set. 2019.>. Acesso em: 18 Setembro 2019.
- BASTOS, É. Raios X do Órgão: saiba mais sobre a Polícia Civil - SC. **Folha Dirigida**, Rio de Janeiro, 11 Outubro 2017. Disponível em: <<https://folhadirigida.com.br/noticias/concurso/policia-civil-sc/raio-x-do-orgao-saiba-mais-sobre-a-policia-civil-sc>>. Acesso em: 18 Setembro 2019.
- BITTNER, E. **As funções da Polícia na sociedade moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da Polícia**. São Paulo: EdUSP, 2003.
- BONAFONT, L. C. **Redes de Políticas Públicas**. Centro de Investigaciones Sociológicas - CIS: Siglo Veintiuno de Espana Editorial, 2004.
- BUENO, F. D. S. **Dicionário Escolar de Língua Portuguesa**. 6. ed. [S.l.]: Ministério da Educação e Cultura, 1977.
- CARLAN, C. U.; FURNARI, P. P. A. Patrimônio e colecionismo: algumas considerações. **Revista Magistro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9, 2010. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/download/1056/619>>. Acesso em: 24 Setembro 2019.
- CARVALHO CALABRICH, B. F. D. **Investigação Criminal pelo Ministério Público: Fundamentos e Limites Constitucionais**, Vitória, 2006. Disponível em: <<http://191.252.194.60:8080/bitstream/fdv/50/1/BRUNO%20FREIRE%20DE%20CARVALHO%20CALABRICH.pdf>>. Acesso em: 18 Setembro 2019.

CARVALHO, E. S. Diferenças entre Restauro e Reforma, 2014. Acesso em: 22 Setembro 2019.

CASTELO BRANCO, P. M. **Patrimônio Histórico e Turismo: Uma Construção Social**. IPHAN. [S.l.]. 2005.

CHIAROTTI, T. M. **O patrimônio histórico edificado como um artefato arqueológico: uma fonte alternativa de informações**. PUC Goiás. Goiânia. 2005.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CPP. **Código de Processo Penal**. São Paulo: [s.n.], 1941.

CRETELLA, J. J. **Polícia e Poder de Polícia**, Rio de Janeiro, 1985.

DE SOUZA, M. P. A. Não é reforma, é retrofit! Imóveis antigos são modernizados com técnica de requalificação. **Hoje em Dia**, Janeiro 2019. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/plural/n%C3%A3o-%C3%A9-reforma-%C3%A9-retrofit-im%C3%B3veis-antigos-s%C3%A3o-modernizados-com-t%C3%A9cnica-de-requalifica%C3%A7%C3%A3o-1.687348>>. Acesso em: 22 Setembro 2019.

FACCO, J.; FUJITA, C.; BERTO, J. L. AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE CHAPECÓ-SC (1950 – 2010): UMA VISÃO SOBRE OS IMPACTOS E CONFLITOS URBANOS E AMBIENTAIS. **REDES**, Santa Cruz do Sul, Janeiro a Abril 2014.

GARCEZ, W. Investigação criminal constitucional: conceito, classificação e sua tríplice função. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, 24 Julho 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/58958/investigacao-criminal-constitucional-conceito-classificacao-e-sua-triplice-funcao>>. Acesso em: 18 Setembro 2019.

GARCEZ, W. Investigação criminal constitucional: conceito, classificação e sua tríplice função. **Jus.com.br**, Julho 2017.

GRETZLER, C. **Chapecó (sc) para além do pólo regional, uma cidade média no oeste catarinense**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 186. 2011.

GUARAGNI, F.; ONGHERO, A. L. Arquitetura e História: o catálogo de projetos de edificações do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó). **Revista de Arquitetura IMED**, Passo Fundo, p. 65, 11 abril 2019. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/arqimed/article/view/2999/2133>>. Acesso em: 24 Setembro 2019.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. [S.l.]: Objetiva, 2011.

KANT DE LIMA, R. Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, 1989.

LOCHE, A. et al. **Sociologia Jurídica: Estudos de sociologia, direito e sociedade.**, Porto Alegre, 1999.

MARCINEIRO, N.; PACHECO, G. C. **Polícia Comunitária**. Florianópolis: Insular, 2001.

OLIVEIRA, J. F. D.; MORAES, K. N. D.; DOURADO, L. F. Escola de Gestores da educação básica. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/>>.

POLÍCIA CIVIL - SC. História da Polícia Civil Catarinense. **Polícia Civil de Santa Catarina**, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://www.pc.sc.gov.br/institucional/historia>>. Acesso em: 18 Setembro 2019.

POLÍCIA CIVIL. **A história da Polícia Civil no Brasil**. Campo Grande: [s.n.], 2015. Disponível em: <<https://www.pc.ms.gov.br/institucional/nossa-historia/>>. Acesso em: 18 Setembro 2019.

PORFÍRIO, F. Patrimônio histórico cultural. **Brasil Escola**, 2007. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>>. Acesso em: 24 Setembro 2019.

QUALHARINI, E. L. Retrofit de construções: metodologia de avaliação. **Encontro nacional de tecnologia do ambiente construído, 10**, São Paulo, 2004.

SANTOS, L. D. S. **Retrofit de edificações: uma visão da gestão da qualidade, dos prazos e dos custos**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 103. 2019.

SGUIZZARDI, S. **Modelando o futuro: A evolução do uso de tecnologias digitais no desenvolvimento de projetos de arquitetura**. São Paulo: FAUUSP, 2011.

SOUZA, S. B. A. Planejamento municipal e preservação do patrimônio cultural: conceitos básicos, Brasília, 1982.

SZWARCBART, M. Restauo, Revitalização, Retrofit, Rearquitetura.como assim?, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://artejudaicasaopaulo.blogspot.com/2016/12/restauo-revitalizacao-retrofit.html>>. Acesso em: 22 Setembro 2019.

THOMÉ, R. L. **Contribuição á prática da Polícia Judiciária**. Florianópolis: Editora do Autor, 1997.

TOURINHO FILHO, F. D. C. **Código do Processo Penal Comentado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2001.

VALE, M. S. D. **Diretrizes para racionalização e atualização das edificações: segundo o conceito da qualidade e sobre a ótica do retrofit**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 195. 2006.

VIEIRA, A. F. **Investigação Criminal e suas Principais Dificuldades na Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul**. [S.l.]. 2011.

VILLELA, A. L. V. Colonização, cultura e território: o caso de Chapecó/SC. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 27, Fevereiro 2013.